

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Concede isenção do Imposto sobre Importação para veículos elétricos e híbridos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Importação, até 31 de dezembro de 2025, as operações com os veículos classificados nos códigos 8703.40.00 Ex 001 a Ex 009, 8703.60.00 Ex 001 a Ex 009, 8703.80.00 Ex 001 a Ex 003 e 8704.90.00 Ex 001 a 003 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A participação dos veículos elétricos ou híbridos no mercado mundial cresce rapidamente, com projeções otimistas asseverando que no ano de 2030 a maior parte já estará enquadrada nesta categoria. Apenas para citar um exemplo recente, foi noticiado que a locadora de automóveis Hertz teria encomendado da montadora Tesla cem mil veículos elétricos para compor a sua frota. Mesmo sem a assinatura do contrato entre as empresas, as ações da Tesla dispararam a ponto de seu valor de mercado ter ultrapassado um trilhão de dólares. Comenta-se sobre uma extensão do eventual contrato, com acréscimo de mais cem mil veículos.

Por sua vez, a Comissão Europeia, órgão executivo da União Europeia, propôs a proibição de vendas de automóveis novos movidos a motores a combustão (inclusive híbridos) a partir de 2035. Essa proposta deve ser negociada e aprovada pelos países do bloco e pelo Parlamento Europeu, em um processo que deve demorar cerca de dois anos. Alguns estados norte-americanos começaram a adotar legislação nesse sentido, como a Califórnia, Massachussets e New Jersey, com proibição de vendas



SF/22654.89673-68

de automóveis de passeio novos dotados de motores a combustão em 2035. A proibição passa a valer para caminhões e vans em 2045.

O Brasil não pode e nem conseguirá ficar desconectado desse movimento positivo, que substituirá o combustível fóssil pelo renovável. E a popularização dos veículos elétricos ou híbridos é convergente com uma matriz elétrica limpa como a brasileira, com participação preponderante de energia hidroelétrica, eólica, solar e originada da biomassa. Os veículos híbridos estão, também, em rota convergente com tecnologias amplamente difundidas no País, pois poderão utilizar o etanol e o biodiesel, biocombustíveis limpos e muito importantes para a economia nacional e para a redução da emissão de poluentes.

Atualmente, a Resolução nº 92, de 21 de setembro de 2020, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX) reduz a zero ou diminui significativamente a alíquota do Imposto sobre Importação de veículos elétricos ou híbridos, inserindo o Brasil nas novas rotas tecnológicas e possibilitando ao consumidor carros com alta eficiência energética e reduzida emissão de poluentes. A exação, que normalmente é de 35%, passa a ser zero para a maioria das hipóteses, incidindo às alíquotas de 2% ou 4% em algumas situações.

Tendo isso em vista, nosso objetivo com esta proposição é aumentar a abrangência do benefício já concedido pelo Poder Executivo para a importação de veículos elétricos e híbridos e, também, tornar mais previsível a legislação de referência, ao isentar tais operações. Dessa forma, o incentivo não poderá ser retirado sem o aval do Congresso Nacional e perdurará até 31 de dezembro de 2025, o que gera a segurança jurídica para as empresas que pretendem investir nesse setor.

Certo da importância da matéria, conto com o apoio dos ilustres Pares para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões,

Senador IRAJÁ